

E DEPOIS DA **COP30?**

Queremos uma
Amazônia com
justiça climática e
transição justa!



A crise climática têm exposto os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais, na desigualdade social e na subordinação de povos e territórios às lógicas do capital global. Na Amazônia, esse modelo assume contornos históricos de colonialidade:

um processo de longa duração que transforma a floresta em fronteira econômica e as populações locais em obstáculos ao que ainda hoje chamam de progresso. Nesse contexto, o discurso do progresso e do desenvolvimento, longe de promover autonomia, funciona como instrumento de dependência e exploração, transferindo riquezas e recursos das margens para os centros econômicos sob o pretexto de promover o bem-estar global.

AM
ZÔ
IA

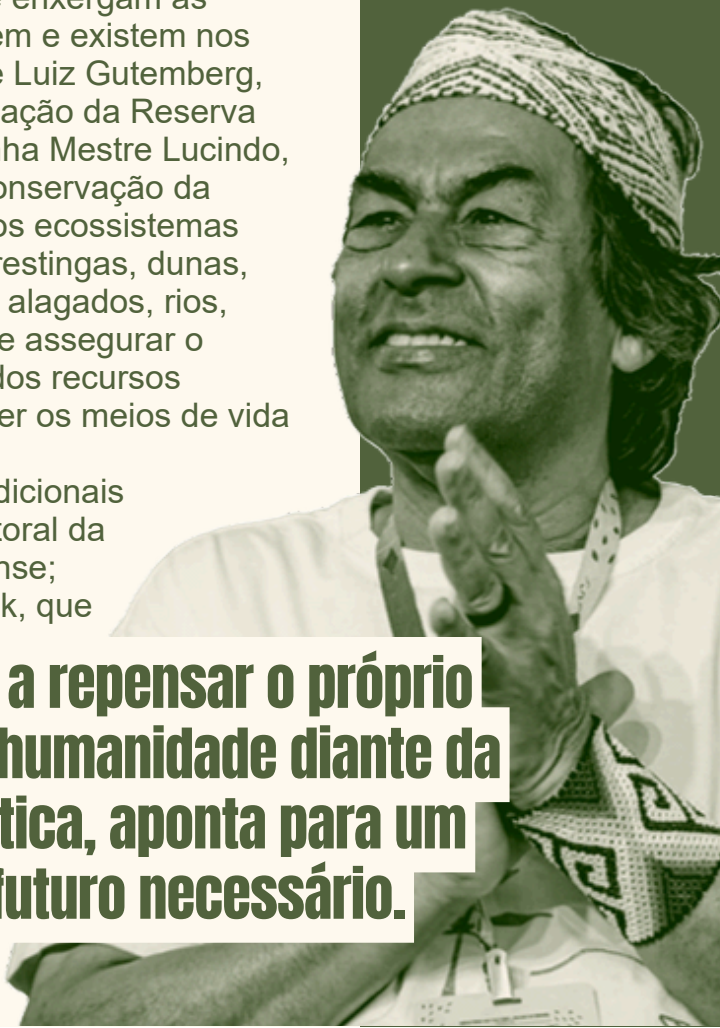
Na Amazônia, a colonialidade do desenvolvimento assume hoje uma face abertamente política e econômica, visível no avanço do agronegócio e na de exploração e prospecção de petróleo e gás na Bacia da Foz do Rio Amazonas, símbolos de uma lógica que privilegia o lucro imediato e o controle territorial em detrimento da vida. A abertura de poços petrolíferos na foz ameaça ecossistemas costeiros marinhos únicos, compromete a pesca artesanal e impõe riscos a comunidades costeiras tradicionais, como povos indígenas, comunidades extrativistas pesqueiras, ribeirinhos e quilombolas que dependem do equilíbrio das águas e das marés. Já o agronegócio avança, derrubando florestas e empobrecendo o solo para implantar pastagens e monoculturas de soja e milho voltadas à exportação.

Em contraste, a agricultura familiar, que responde pela maior parte dos alimentos que abastecem o mercado interno e sustentam a soberania alimentar do povo brasileiro, a cultura, o turismo comunitário, a pesca artesanal e a conservação e gestão socioambiental liderada pelos povos, representam uma forma de uso sustentável da terra e das águas, no respeito aos ciclos da natureza e na preservação dos territórios de terra firme e das zonas litoranêas amazônicas.

O confronto entre esses dois projetos revela uma disputa fundamental: de um lado, a lógica predatória da monocultura e da exploração, que transforma a Amazônia em uma periferia produtiva a serviço de interesses externos; de outro, a resistência dos modos de vida que enxergam na terra não uma mercadoria, mas a base da vida e da dignidade coletiva.

Essa resistência, expressa nas lutas de Chico Mendes, que defendeu a floresta em pé como fonte de sustento e justiça social; de Nego Bispo, que afirma o território como espaço de pertencimento e bem viver; de Marina Silva, que propõe uma economia da floresta orientada pela sustentabilidade e pela inclusão; de Sandra Regina, que menciona a importância dos parceiros institucionais que enxergam as pessoas que vivem e existem nos ecossistemas; de Luiz Gutemberg, que lutou pela criação da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, para garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas do litoral da Amazônia Paraense; e de Ailton Krenak, que

nos chama a repensar o próprio sentido de humanidade diante da crise climática, aponta para um projeto de futuro necessário.



Um futuro que reconhece que os povos da Amazônia, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares, são fundamentais à proteção do clima por meio de seus serviços ambientais, mas também os que mais sofrem com os impactos das mudanças climáticas e da ausência de políticas públicas de adaptação, transição justa e transformação no uso da terra.

Pensar globalmente, nesse sentido, é agir localmente, garantindo que esses povos tenham condições de continuar cuidando da floresta e vivendo com dignidade em seus territórios, garantindo a gestão socioambiental, aplicação de políticas públicas e a preservação do modo de vida das populações e comunidades tradicionais.



Vivemos um momento decisivo, o Brasil está diante da escolha entre afirmar-se como liderança global em justiça climática, apoiando os povos e territórios que mantêm a floresta viva, ou continuar submetido à lógica de um desenvolvimento predatório, excludente e insustentável que compromete seu próprio futuro. A construção de um amanhã justo exige coerência entre o que se proclama nas Conferências Internacionais, sejam elas de Clima ou de Biodiversidade, e o que se pratica nos territórios. O futuro exige coragem política para transformar os modelos energéticos, produtivos e coloniais que perpetuam desigualdades e violências. É à luz dessa escolha que denunciamos:

1 **A Ameaça de prospecção petrolífera na Bacia da Foz do rio Amazonas**

Denunciamos a prospecção e abertura da fronteira petrolífera na Bacia da Foz do rio Amazonas como um grave retrocesso socioambiental e climático.

As águas e os ecossistemas da Foz do Amazonas da maior bacia hidrográfica do mundo, mantêm uma estreita relação com a região costeira marinha do estado do Amapá e o arquipélago do Marajó, no Pará, que formam uma zona de transição entre o oceano Atlântico e o sistema fluvial do rio Amazonas, o maior do planeta.

Essa área abriga uma rica biodiversidade de ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários, ilhas, recifes e zonas estuarinas que sustentam a pesca artesanal e garantem a subsistência e a identidade cultural de milhares de famílias ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas.

Qualquer interferência nesse equilíbrio, como derramamentos de óleo, ruídos sísmicos ou alterações nas correntes marinhas, ameaça diretamente a biodiversidade, a segurança alimentar e os modos de vida tradicionais dessas comunidades. Permitir a abertura de uma nova fronteira de exploração, sem dados científicos consolidados, sem consulta prévia livre e informada e diante das lacunas já apontadas por pareceres técnicos do IBAMA, significa submeter tanto o meio ambiente quanto as populações amazônicas a riscos irreversíveis.

Do ponto de vista climático, a tentativa de expandir fronteiras fósseis na Amazônia costeira contradiz os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

O artigo 2.1(c) do tratado determina que os países devem “tornar os fluxos financeiros consistentes com uma trajetória de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima”, o que implica, na prática, a progressiva eliminação de investimentos em novas fontes fósseis. Ao permitir a prospecção petrolífera na Bacia da Foz do rio Amazonas, o Brasil desalinha seus fluxos financeiros e políticas energéticas das metas que ele próprio subscreveu para conter o aquecimento global e promover uma transição energética justa e sustentável.

A nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, apresentada à ONU em 2024, eleva a ambição climática ao prever redução de até 67 % das emissões até 2035, tomando 2005 como base.

No entanto, essa meta perde credibilidade diante da abertura de novas frentes de exploração de petróleo justamente quando o mundo precisa reduzir drasticamente o uso de combustíveis fósseis. A insistência nessa agenda repete o erro histórico de transformar o Norte do país em zona de sacrifício energético, colocando em risco ecossistemas únicos, comunidades tradicionais e a própria imagem internacional do Brasil como liderança climática. Reafirmamos a exigência pela suspensão imediata desses licenciamentos exploratórios e pela adoção urgente de um plano nacional de transição energética coerente, vinculante e socialmente inclusivo, capaz de garantir um futuro sustentável para o povo e para a Amazônia.

2

Insegurança e desafios para a transformação dos sistemas alimentares: o epicentro das emissões brasileiras

Denunciamos a ausência de uma estratégia concreta de transformação dos sistemas alimentares no Brasil, apesar de este ser o setor que mais contribui para as emissões de gases de efeito estufa no país. Segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), cerca de 75% das emissões nacionais estão ligadas à agropecuária, ao uso da terra e à cadeia agroindustrial.

Essa dependência de um modelo centrado em monoculturas, desmatamento e uso intensivo de agrotóxicos compromete o equilíbrio climático, degrada o solo e a água, afeta a saúde pública e viola o direito constitucional à alimentação adequada e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Trata-se de um sistema que produz muito, mas não alimenta o país:

o agronegócio prioriza a exportação de commodities, enquanto a agricultura familiar, responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, permanece marginalizada nas políticas públicas e ausente das metas climáticas efetivas.

Essa contradição revela a incoerência entre as políticas agroambientais nacionais e os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris. O Artigo 2.1(b) do tratado estabelece que os países devem “aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de

efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos”, o que exige redirecionar esforços e investimentos públicos e privados para práticas agrícolas sustentáveis e de baixo carbono. Embora a NDC brasileira apresentada em 2024 mencione Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (ABC+), o programa não alcança de forma equitativa os agricultores familiares em todo o território nacional, concentrando-se em grandes produtores e regiões de maior infraestrutura técnica. Com isso, o país mantém fluxos financeiros e políticas concentradas no agronegócio, o que contradiz o espírito do Artigo 2.1(c) e perpetua um modelo de produção desigual e insustentável.

Ademais, o Artigo 7 do Acordo de Paris reconhece que a adaptação climática é essencial para salvaguardar a segurança alimentar, o que reforça a obrigação de proteger a produção de alimentos e os meios de vida rurais, algo que o Brasil segue negligenciando quando olhamos para políticas públicas que versam sobre agroecologia e soberania alimentar.

É urgente o fortalecimento e efetividade do **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** bem como outras políticas públicas que subsidiam práticas agroecológicas e de uso da terra resiliente, no sentido de integrar as metas do Acordo de Paris à soberania e segurança alimentar do povo brasileiro. Produzir sem alimentar é perpetuar a crise climática e social. Regenerar o campo, democratizar a terra e apoiar quem realmente alimenta o país é condição indispensável para um Brasil coerente com suas metas climáticas, seus compromissos internacionais e o direito humano à alimentação adequada.

Partindo do contexto e das denúncias apresentadas neste documento, apresentamos recomendações que apontam caminhos para a construção de um projeto de futuro que reconheça o papel estratégico dos territórios amazônicos, dos povos tradicionais, das mulheres e das juventudes na edificação de um Brasil coerente com seus compromissos climáticos e com o direito coletivo à justiça climática.

1 Transição Energética Justa

A transição energética deve ser conduzida como um projeto de proteção social e desenvolvimento sustentável, capaz de garantir acesso universal à energia, combater a pobreza energética e gerar empregos verdes com foco na qualificação de jovens, mulheres e populações locais. É essencial que o país invista em planejamento territorial participativo, priorizando regiões com baixa segurança energética e alto impacto ambiental, e assegure compensação justa às comunidades afetadas por grandes empreendimentos, respeitando o direito à consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção 169 da OIT. A revisão da Política Nacional sobre Mudança do Clima deve articular-se a esse processo, assegurando que a transição energética

seja também uma política de inclusão social, para os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e habitantes das periferias urbanas, com especial atenção às mulheres, às populações negras e às juventudes amazônicas, frequentemente invisibilizadas nas decisões sobre o futuro energético do país.

Essa transição precisa ser democrática e inclusiva, com pesquisa aplicada, tecnologias sociais e financiamento público transparente voltados a soluções sustentáveis e de baixo custo. Deve articular políticas de energia, meio ambiente, trabalho e educação ambiental, promovendo paridade, diversidade e monitoramento social permanente. Somente assim será possível construir um modelo energético que una inovação, equidade e protagonismo popular, garantindo que o futuro da energia seja também o futuro das pessoas e dos territórios.

2 Sistemas alimentares resilientes e saudáveis

Propomos a construção de um sistema agroalimentar baseado na soberania e na justiça climática, que reconheça o alimento como direito e expressão cultural, não como mercadoria. Para isso, é essencial fortalecer políticas que valorizem a produção local, os mercados solidários e o consumo consciente, assegurando renda, autonomia e dignidade às populações do campo e das florestas de terra firme e das zonas costeiras dos estados do Amapá e Pará..

A adoção desse modelo requer a ampliação de programas estruturantes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo a compra pública de alimentos agroecológicos e da sociobiodiversidade, e a retomada efetiva da

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com orçamento robusto e participação social fortalecida na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). **É igualmente necessário acelerar a Reforma Agrária, Regularização Fundiária e demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas**, garantindo o acesso à terra, condição indispensável para fortalecer modos de vida tradicionais e sistemas de produção sustentáveis.

Além disso, deve-se transformar as experiências regionais de programas de Sociobiodiversidade, especialmente aquelas voltadas à implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), em uma política nacional integrada de fomento à agroecologia e à sociobiodiversidade, articulada à PNAPO e aos planos estaduais e municipais de agroecologia e segurança alimentar. Os SAFs demonstram a possibilidade de conciliar produção, conservação e regeneração ambiental, além de funcionarem como estratégias de adaptação climática e de garantia da soberania alimentar e nutricional. É igualmente necessário reconhecer o protagonismo das mulheres rurais, das juventudes e das comunidades extrativistas, ribeirinhas, negras e indígenas nos sistemas agroalimentares. Essas populações exercem papel central na produção de alimentos, na preservação dos saberes agroecológicos e na regeneração do território, mas seguem sub-representadas nas políticas públicas.

A construção de sistemas alimentares resilientes deve, portanto, incorporar a perspectiva de gênero, raça e geração como eixo estruturante.

A efetividade dessa transição depende da atuação articulada entre União, estados e municípios, reconhecendo que os territórios são o ponto de partida da transformação. Os governos estaduais e municipais devem ter papel ativo na implementação de políticas agroecológicas, na criação de programas locais de compras públicas sustentáveis e na formação de redes territoriais de produção e consumo.

3 Cultura como eixo estruturante da transição ecológica

A cultura deve ser reconhecida como força estruturante da transição socioecológica, indo além de seu papel simbólico para se afirmar como agente de reconstrução social, territorial, ambiental e como movimento de salvaguarda dos territórios. As expressões artísticas populares, músicas, danças e ritmos, poesias, narrativas, grafismos, performances, rituais e cultos que constituem formas de leitura do mundo e de ação política que traduzem o sofrimento dos povos e dos ecossistemas, bem como, projetam alternativas de futuro.

Por isso, a política climática brasileira precisa incorporar a cultura como dimensão estratégica de educação climática, reconhecendo artistas, mestres populares e coletivos culturais como agentes de preservação e ativistas na luta contra as mudanças climáticas e assegurando sua presença em marcos legais, orçamentários e institucionais. Para consolidar esse reconhecimento, é essencial criar mecanismos permanentes de mobilização cultural voltados à regeneração socioambiental, à bioeconomia, à justiça climática, ao empreendedorismo de base comunitária, ao racismo ambiental, à descolonização, ao desenvolvimento territorial, aos negócios de impacto, à sustentabilidade, à regeneração e à justiça climática. Propõe-se o fortalecimento de programas de apoio à produção cultural territorializada, conectando criação artística a processos de restauração ecológica, agroecologia, memória e saberes tradicionais.

A transversalidade entre cultura, meio ambiente, educação e desenvolvimento deve ser consolidada em políticas integradas, fomentando redes de cultura e clima que articulem comunidades, educadores e gestores em práticas colaborativas de transição justa.

Por fim, a cultura deve ser entendida como método de transformação social, capaz de gerar pertencimento, engajamento e esperança. A mobilização cultural, por meio de feiras, festivais, residências artísticas e ações educativas, potencializa a comunicação climática de forma sensível e inclusiva, tornando a urgência ambiental uma experiência compartilhada e afetiva. Ao educar, mobilizar e inspirar novas economias e formas de convivência, a cultura se consolida como campo vital de criação de sentido coletivo e como motor de reconstrução social e ecológica no Brasil.

4 Comunicação popular e regulação democrática para combater a desinformação climática

O avanço do negacionismo e da manipulação midiática fragiliza o debate público e compromete a ação coletiva necessária à transição ecológica. Por isso, é fundamental que a política climática brasileira incorpore a comunicação popular e comunitária como eixo estratégico de enfrentamento à desinformação, reconhecendo rádios comunitárias, coletivos de mídia, comunicadores e educadores populares

como atores-chave na construção coletiva de sentido capaz de traduzir os impactos da crise climática para a vida cotidiana, tendo como objetivo amplificar vozes marginalizadas, promover a participação social e construir um fluxo de informação confiável e democrático dentro das comunidades.

No âmbito das políticas públicas, essa transformação exige uma regulação democrática das mídias digitais e das plataformas de informação, com mecanismos de responsabilização sobre a disseminação de desinformação climática e transparência nos algoritmos que moldam o debate público. O Estado deve promover parcerias entre instituições de comunicação pública, universidades, movimentos sociais e coletivos locais para desenvolver conteúdos educativos, campanhas culturais, formação de Conselho Municipal de Meio Ambiente e redes colaborativas de informação voltadas à justiça climática.

A inclusão de diretrizes sobre comunicação climática nos planos nacionais de educação, cultura e meio ambiente também pode ampliar a formação crítica e o acesso a informações confiáveis.

Além disso, é preciso fortalecer e descentralizar os meios de comunicação comunitária, garantindo acesso a editais públicos, infraestrutura tecnológica e capacitação em linguagens digitais e jornalismo ambiental. Incentivar a criação de observatórios de mídia climática e redes de comunicadores populares pode ampliar a pluralidade de vozes e garantir que as narrativas sobre o clima reflitam a diversidade do território brasileiro. Assim, a política climática se torna também uma política de democratização da palavra, um campo onde comunicação, cultura e verdade se articulam para reconstruir o sentido coletivo da ação climática.

5 Da escuta à decisão: saberes dos povos como fundamento das políticas climáticas

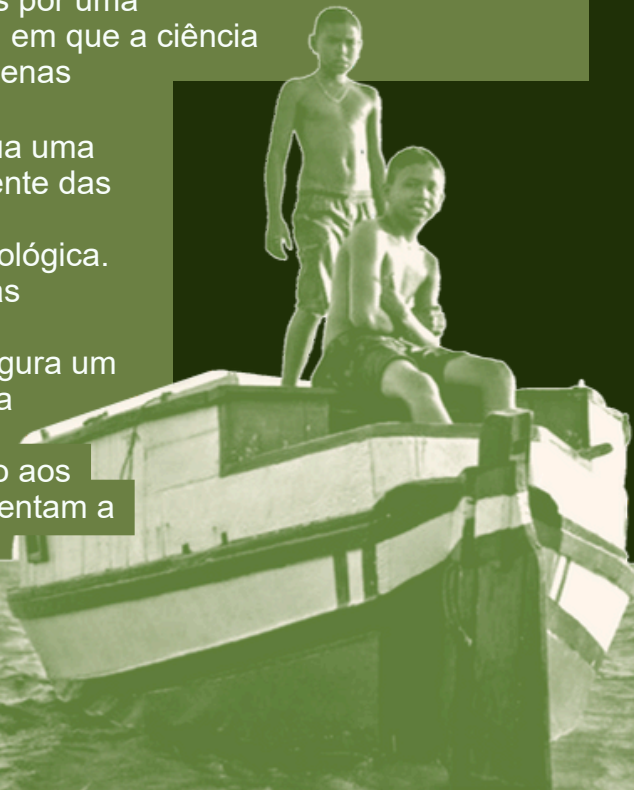
Os povos originários e comunidades tradicionais do Brasil são portadores de saberes que, há séculos, garantem o equilíbrio ecológico e a diversidade cultural de seus territórios. Esses conhecimentos, enraizados nas relações entre pessoas, natureza e espiritualidade, constituem uma ciência dos saberes, uma forma de produzir conhecimento e de viver em harmonia com o território. Em meio à crise climática global, reconhecer e valorizar essa ciência é mais do que um ato de justiça: é uma estratégia essencial para reorientar as políticas públicas e as práticas científicas rumo a uma transição ecológica justa, centrada no cuidado com a vida e na sustentabilidade dos modos de existir. Nos últimos anos, o Brasil tem

avanzado no reconhecimento dessa dimensão em sua política climática. A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) apresentada ao Acordo de Paris em 2024 afirma o compromisso de garantir os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e de incorporar seus conhecimentos às estratégias de mitigação e adaptação. O documento reconhece que esses saberes são fundamentais para conservar ecossistemas, fortalecer a segurança alimentar e promover a resiliência climática. *Apesar disso, ainda não existe institucionalização efetiva desses compromissos:*

Os mecanismos de participação permanecem incipientes, e o país carece de instrumentos que assegurem a presença dos povos tradicionais na formulação e execução das ações climáticas. As menções aos saberes locais aparecem de forma genérica, como co-benefícios, sem que haja estrutura permanente para garantir sua implementação. Isso revela uma lacuna institucional: o reconhecimento formal não se traduz, ainda, em mecanismos concretos de governança e corresponsabilidade.

É nesse contexto que a criação e consolidação de comitês de ciência e saberes tradicionais pode representar uma solução estratégica. Esses espaços, inspirados em experiências como o Entre Ciências – Territórios de Saber em Diálogo, da Fiocruz – possibilitam o diálogo estruturado entre o Estado, a academia e os povos e comunidades tradicionais, com paridade de participação e capacidade deliberativa. Sua institucionalização garantiria que os compromissos climáticos do Brasil fossem guiados por uma governança intercultural, em que a ciência dos saberes não seja apenas

consultada, mas constitua uma base legítima e permanente das políticas de adaptação, mitigação e transição ecológica. Assim, o país não apenas cumpre suas metas internacionais, mas inaugura um modelo de ação climática centrado na justiça, na diversidade e no respeito aos conhecimentos que sustentam a vida na Terra.



TER
TÓ
RIO

Diante dos desafios apresentados, a crise climática global escancara a necessidade de repensar o papel do Brasil no cenário internacional. O país reúne condições únicas para ser uma liderança climática global, não apenas por sua biodiversidade e riqueza natural, mas pela capacidade de propor um novo modelo de desenvolvimento baseado na justiça social, na equidade e na sustentabilidade. No entanto, essa liderança não se constrói com discursos, mas com coerência entre o que se defende nos fóruns internacionais e o que se pratica nos territórios. O Brasil só poderá ocupar um papel de vanguarda na agenda climática se enfrentar suas contradições internas: o avanço do extrativismo predatório, a dependência de combustíveis fósseis e a desigualdade estrutural que marginaliza os povos e territórios que mais protegem a vida. Liderar, nesse contexto, significa dar o exemplo, provar que é possível crescer com inclusão, produzir com equilíbrio e prosperar sem destruir.

LIDERANÇA

Para que isso aconteça, é indispensável que o país adote uma transição ecológica justa, democrática e enraizada na realidade de seu povo. Isso implica fortalecer a agricultura familiar, investir em energias renováveis, garantir a participação efetiva dos povos tradicionais nas decisões e colocar a cultura, a educação e a comunicação popular como eixos da transformação.

O Brasil tem diante de si a oportunidade histórica de demonstrar que a luta contra a crise climática é também uma luta por justiça e dignidade. Assumir esse compromisso é mais do que uma responsabilidade ambiental, é uma escolha política e moral. Se conseguir alinhar suas políticas internas aos valores de solidariedade, diversidade e sustentabilidade, o país poderá se tornar exemplo vivo de que outro mundo é possível: um mundo em que o desenvolvimento se mede pela capacidade de cuidar da Terra e de todas as formas de vida que nela habitam.



Organizações apoiadoras deste Manifesto

1. Articulação dos povos e organizações indígenas do Amapá e Norte do Pará - APOIANP
2. Associação Cultural Na Cuia
3. Associação da RESEX Mocapajuba - AUREMOCA / PA
4. Associação das Mulheres da Pesca do Litoral do RJ - AMUPESCAR
5. Associação de Moradores da RESEX de Cururupu - MA
6. Associação de Moradores e Agricultores Familiares da Comunidade Rio Bacaba - AGROBACABA
7. Associação de Moradores e Produtores da Comunidade
8. Remanescente de Quilombola do Rosa - AMPCRQR
9. Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas da Comunidade de Curralinho - AMORQUIC
10. Associação dos Agricultores e Produtores da Comunidade de Ponta do Socorro - AGRICPS
11. Associação dos Pescadores e Pescadoras do Estado do Amapá e Pará - ASSOPESCA AP/PA
12. Associação dos Produtores Agroextrativistas Rurais da Comunidade Nova Vida - ASPARCNV

13. Associação homens e mulheres do mar da Bígua de Guanabara - AHOMAR
14. Atlético Athena UNIFAP AP
15. Casa Preta Amazônia
16. Central Única das Favelas - CUFA AP
17. Círculo Universitário De Cultura E Arte Do Estado Do Amapá - CUCA UNE
18. Coletivo Campesino Amazônico - COCA, regional da pesca artesanal do Pará
19. Coletivo Juventudes da Agricultura Familiar em Formação - JAFF
20. Coletivo Pororoka
21. Coletivo Utopia Negra
22. Coletivo de Mulheres Negras de Oiapoque - COMUNEO
23. Colônia de Pescadores Zona 5 de Bailique Macapá - AP
24. Comissão Nacional De Fortalecimento Das Reservas Extrativistas Costeiras E Marinhas- CONFREM
25. Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque- CCPIO
26. Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS
27. Federação da Agricultura Familiar do Estado do Amapá - FETTAGRAP

28. Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF/PA
29. Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA/AP
30. Instituto Afro Brasileiro Imaculada Conceição - IABIC
31. Instituto de Mulheres Negras do Amapá- IMENA
32. Instituto Ecos de Gaia
33. Instituto Mapinguari
34. Liga das entidades de pescado do Rio de Janeiro - LIPESCARJ
35. Movimento de mulheres pescadoras e extrativistas do Bailique - MMB
36. Movimento de pescadores e pescadoras do Brasil - MPP
37. Observatório do Marajó
38. Palmares Laboratório Ação
39. Rede Cuíra Jovens Protagonistas dos Manguezais Amazônicos
40. Rede de Mães do Mangue
41. Rede de Mulheres das Marés e das Águas dos Manguezais Amazônicos do Maranhão e Piauí - REMULMANA

42. Rede de Mulheres Praianas da RESEX de
Cururupu - MA

43. Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira - NAB

44. Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores
Agricultoras Familiares do Município de Mazagão - STRAAF

45. Sindicato dos Professores da UNIFAP - SINDUFAP



BRASIL - 2025